

Notas de Livros

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1985. 148 p.

«O objetivo deste livro é retomar as diferentes maneiras como a identidade nacional e a cultura brasileira foram consideradas. Minha preocupação inicial foi a de compreender como a questão cultural se estrutura atualmente no interior de uma sociedade que se organiza de forma radicalmente distinta do passado, pois na medida em que o capitalismo atinge novas formas de desenvolvimento, tem-se que novos tipos de organização de cultura são implantados, em particular à partir de meados dos anos 60. (...) Eu procuro mostrar que a identidade nacional está profundamente ligada à uma reinterpretação do popular pelos grupos sociais e à própria construção do Estado brasileiro» (p. 8).

Nesta colocação feita no capítulo introdutório do livro, o próprio autor define suas preocupações e delinea o fio condutor em torno do qual a problemática da cultura e de identidade nacional será discutida. Ainda na introdução ele esclarece acerca do referencial teórico que norteou seu trabalho.

Ao principiar a leitura, o leitor depara com a indicação que o primeiro capítulo da obra. (Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX), não é inédito, tendo sido anteriormente publicado em «Cadernos CERU» de nº 17, setembro de 1982. Tal fato sugere que o livro «Cultura brasileira e identidade nacional» é o produto de longa elaboração a partir das reflexões ensejadas por este artigo, o que vai sendo confirmado no prosseguimento do estudo, quando o autor retorna continuamente à linha mestra amarrando a ela suas indagações e conclusões. O desenvolvimento da obra se faz através do estudo das interpretações da cultura brasileira nos diferentes momentos da história do país.

O primeiro capítulo destaca as teorias que privilegiavam as influências do meio geográfico e da raça, na tentativa de explicar

a «inferioridade» nacional no quadro das teorias do evolucionismo social que predominam no final do século passado, destacando os escritos de Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, bem como procura analisar o referencial teórico «biológico-social» de Manuel Bonfim.

Os capítulos seguintes são estruturados numa ordem que facilita a compreensão da construção das diferentes teorias em seu preciso contexto histórico, embora o autor tenha declarado na Introdução não ter-se preocupado com o estabelecimento de periodização rígida ou com o relato histórico.

No segundo capítulo, «Da raça à cultura»: a mestiçagem e o nacional «é apresentada a ideologia do Brasil cadinho de fusão das raças indígena, branca e negra para compor o povo brasileiro. Esta ideologia encontra seu grande elaborador em Gilberto Freyre, tendo entretanto o autor o cuidado de explicitar: «Com a revolução de 30 as mudanças que vinham ocorrendo são orientadas politicamente, o Estado procurando consolidar o próprio desenvolvimento social. Dentro deste quadro, as teorias raciológicas tornam-se obsoletas, era necessário superá-las, pois a realidade social impunha um outro tipo de interpretação do Brasil. A meu ver, o trabalho de Gilberto Freyre vem atender a esta «demanda social» (p. 40).

Prosseguindo, é enfocada a remodelação do conceito de cultura exigida pela realidade social dos anos 50, no capítulo terceiro: «Alienação e cultura: o ISEB». Faz parte da explanação desse item a comparação entre as teorias de libertação nacional desenvolvidas por Frantz Fanon frente à situação colonial africana e pelos intelectuais do ISEB frente à dominação imperialista aqui». A busca da autenticidade, de uma consciência crítica e independente atestam a necessidade de se elaborar uma identidade que se contraponha ao polo dominador» (p. 66).

«Da cultura desalienada à cultura popular: o CPC da UNE» é o título do capítulo que se segue, com a proposta de apresentar o tema da cultura popular e a forma como ele foi conceituado então. Sendo este um momento de grande efervescência política dirigida por uma ideologia nacionalista, os intelectuais e estudantes do CPC/UNE foram levados a identificar cultura popular com conscientização política do povo. Com este pano de fundo Renato Ortiz procura explicar a ideologia do CPC.

Novo capítulo, nova história: «Estado autoritário e cultura», bastante extenso, analisa a inserção do Estado no controle da

produção, distribuição e consumo da cultura, característica da realidade nacional pós-64, e as inúmeras transformações por que a nossa sociedade passou e seu reflexo no quadro cultural: a necessidade de se utilizar a cultura para estabelecer a «integração nacional», a reprodução do modelo capitalista na «administração» da cultura, a criação das agências de cultura governamentais e a transformação ideológica por que passa a questão da cultura e dos intelectuais no decorrer dos vinte anos de governo militar.

Finalmente, o livro se encerra com o capítulo «Estado, cultura popular e identidade nacional» que, diferindo dos anteriores, busca estabelecer uma relação entre o popular e o nacional mediante a análise da memória nacional e da memória coletiva popular, destacadas no estudo do candomblé e do folclore. Por este caminho o autor situa os intelectuais como mediadores simbólicos uma vez «que confeccionam uma ligação entre o particular e o universal, o singular e o global» (p. 139).

Esta interpretação do papel do intelectual parece explicar a construção do raciocínio diretor da obra: a constante contraposição de diferentes intelectuais que se ocuparam com a discussão da cultura brasileira em diferentes épocas de nossa história. Assim é que Nina Rodrigues, Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Gilberto Freyre, especialmente, são sempre retomados para balizar a compreensão do processo de formação da identidade nacional e suas contradições.

A leitura do livro é fácil e muito interessante, o estilo é leve e o grande número de citações teóricas que dão embasamento às reflexões do autor não chegam a prejudicar a fluência do raciocínio, uma vez que Ortiz consegue traduzir seu discurso em conceitos simples e quase didáticos.

Na minha percepção o grande mérito deste trabalho é a reunião de diferentes aspectos da obra dos muitos autores que se dedicaram ao estudo do tema, alinhavados pelas explicações de seu autor dentro de uma perspectiva que, embora antropológica, não deixa de ser histórica. Compõe, assim, uma abordagem abrangente do tema, muito útil sobretudo para os iniciantes, que contam ainda com uma extensa bibliografia (tanto em notas de rodapé como listadas no final do volume) para complementar as lacunas ou para aprofundar as noções apresentadas.

ANA MARIA CARDOSO DE ANDRADE
EB/UFGM

DOIMO, Ana Maria. Movimento social urbano, igreja e participação popular. Petrópolis, Ed. Vozes, 1984.

O movimento de transporte coletivo de Vila Velha, Espírito Santo, ocorrido entre abril de 1978 e novembro de 1979 é o assunto de que trata este livro. Como diz a autora, é um estudo de caso que busca explicar a dinâmica interna desse movimento social urbano, em seu próprio contexto de ocorrência.

As razões de seu interesse pelo tema, seu interesse pela pesquisa participante e as dificuldades que esta acarreta enquanto técnica de pesquisa constituem a rápida introdução do livro.

O primeiro capítulo constitui-se de uma rica reflexão acerca dos contornos teórico-metodológicos necessários para se pensar os movimentos sociais urbanos. Ana Maria Doímo percorre vários autores estrangeiros e nacionais tentando traçar algumas características dos movimentos sociais urbanos no Brasil, suas articulações, bem como posicionar-se sobre as controvérsias já conhecidas dentro da literatura existente sobre o assunto. A essência do seu trabalho se resume em três pontos: a articulação desses movimentos com o movimento operário, o papel da Igreja católica quando eles ocorrem, no seu decurso e quando refluem e finalmente a motivação para participar em tais movimentos.

A seguir, a autora introduz, ainda que de maneira bem rápida, a questão da conjuntura em que despontam os movimentos sociais urbanos e em especial aquele que está pesquisando. Esse aspecto às vezes é esquecido ou secundarizado por muitos estudiosos do assunto.

E é exatamente esse aspecto que facilita não só ao pesquisador entender as razões e a essência mesma do movimento, mas sobretudo ao leitor compreender porque os moradores de diferentes bairros e de diferentes categorias sociais se unem e passam a lutar por um problema que diz respeito a todos: o do transporte coletivo.

O Movimento de Transporte Coletivo tem a sua essência discutida e analisada no terceiro capítulo. Seus momentos mais decisivos foram: a pesquisa realizada pelos moradores, o abaixo-assinado, a grande assembléia de 750 pessoas, o contato com o poder público, o período de arrefecimento do mesmo, a comemoração das «conquistas» obtidas e o final do movimento após um ano e meio de duração.

O quarto capítulo volta-se quase todo para uma reflexão acerca do papel que a Igreja, através das Comunidades Eclesiais de Base, teve no movimento. Ao mesmo tempo que desempenhou um papel importante em termos de apoio, a Igreja manipulou em outros, e em alguns teve atuação ambígua. Com o esvaziamento maior, o do transporte coletivo, seus participantes voltam-se para questões específicas a nível local de cada comunidade.

Por fim a autora realiza um bom trabalho de análise conclusiva em que sintetiza os objetivos específicos do seu trabalho: virtualidade política transformadora do Movimento de Transporte Coletivo enquanto um movimento social urbano, as relações do referido movimento com a Igreja e finalmente os elementos que deram identidade aos participantes.

O trabalho da professora e antropóloga Ana Maria Doimo, embora recente e ainda pouco conhecido, presta-se para uma reflexão muito séria acerca do que está ocorrendo nas periferias dos grandes centros urbanos do País, o que tudo isso pode significar em termos de um novo processo cultural anti-hegemônico e que se introduz como um novo ator histórico na cena política brasileira: são os movimentos sociais urbanos.

Entre outros, um grande mérito do trabalho repousa na metodologia que foi utilizada: o movimento de transporte coletivo foi visto, apreendido e pensado por dentro, isto é, pelos moradores e pela pesquisadora: participativamente. As freqüentes falas dos moradores que o livro reproduz demonstram isso adequadamente. A utilização dessa metodologia significou um avanço pelo fato de ter possibilitado a captação do «antes» e do «depois» do movimento. Isso acabou trazendo alguns indicadores para se pensar a não espontaneidade do movimento. Fica clara a utilização das bases já existentes ao nível do bairro e nas CEBs, ampliadas depois obviamente. O «depois» do movimento visto pela pesquisa revela com clareza que o refluxo se deu em direção às mesmas origens: os moradores de Vila Velha retornaram para suas lutas específicas a nível de suas comunidades.

A presença da Igreja nesse movimento é uma constante. Essa sua participação, embora decisiva em muitos deles, tem sido analisada de diferentes maneiras. O presente livro contribuiu para desmistificar um pouco as Comunidades Eclesiais de Base, se vistas sob o ângulo da sua participação no referido movimento. O «pessoal da Igreja» demonstrou um comportamento fechado

em si mesmo e temeroso em relação a outros grupos, organizações políticas, etc. A autora reclama de um certo controle dos agentes pastorais sobre os rumos do movimento. Depoimentos há que mostram um trabalho de cooptação das lideranças que emergiam no MTC para a atuação no trabalho eclesial. Fica quase evidente que a reprodução da estruturação da Igreja às vezes se sobrepunha aos objetivos do movimento em si.

A ambigüidade parece residir no fato de que as CEBs deram apoio ao movimento e o conduziram até o ponto em que o mesmo não pleiteou sua emancipação do trabalho pastoral. A partir daí se verifica que uma estratégia retirada contribuiu para o refluxo do movimento. Na medida em que outras instituições como sindicatos, partidos políticos, etc., começam a se fazer presentes em tais movimentos, a retirada da Igreja discretamente se efetiva. Isso nos induz a pensar que ela está mais interessada em redefinir-se a si própria historicamente, como instituição secular, forte e independente, do que redefinir a história dos homens nas suas dimensões sócio-políticas. Esses avanços e recuos não foram aprofundados pela autora, foram apenas levantados. Acredito que mereçam um estudo mais profundo, sobretudo se sabendo de quão grande e marcante é a presença dessa instituição nos movimentos sociais urbanos como também rurais.

No que toca o aspecto teórico, é significativa a contribuição do presente livro. O recorte feito na literatura existente sobre o assunto ajudou a tornar claros certos pontos controversos entre alguns autores como Castells, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Lojkin, Jodi Borja e outros.

A crítica que é feita ao universalismo dos conceitos de Castells tornam-se válidas para a excessiva particularização utilizada por Carlos Nelson F. dos Santos em seu livro sobre os movimentos urbanos do Rio de Janeiro. A necessidade de relacionar sempre cada movimento desses ao contexto mais amplo da sociedade em que ele surge, conduz o pensador coerente a necessariamente utilizar-se desses dois tipos de instrumentos conceituais. Tanto as categorias analíticas de natureza universalizante como aquelas de natureza particularizante podem e devem ser utilizadas, dependendo é claro do que se está analisando e em que dimensão o fato se coloque.

Como todo bom trabalho, este também apresenta pontos que deixam certas dúvidas. Talvez as que eu vou mencionar a seguir decorrem mais dos meus interesses imediatos do que dos

propósitos do trabalho em si. Mas como a maioria dos leitores sérios, acredito eu, vão ao estudo e à leitura com alguma expectativa, também eu. O livro teria somado alguns pontos a mais se tivesse explorado alguns aspectos com mais decisão. Um deles é o da heterogeneidade dos participantes do movimento. Isso talvez teria acontecido se a noção de «classes populares» ou «setores populares» tão amplamente utilizados tivessem sido mais discutidos. Quais seriam os elementos constituintes desses setores populares? Outro ponto é aquele em que a autora, tentando diferenciar simples reivindicações de movimentos sociais urbanos, diz que «estes devem conter os germes da transformação». Isso não ficou claro. Que germes seriam esses? E de que tipo de transformação esses movimentos devem conter ou trazer em si? Seriam transformações estruturais? Seriam transformações conjunturais? Ambas? Os movimentos sociais urbanos são apenas situados enquanto conflito de classe na base das relações estabelecidas entre as contradições urbanas e o processo político.

DOMINGOS DE FREITAS FILHO